



Publicado originalmente em: Anais do ENTBL – Planejamento para o desenvolvimento local. 03 a 06 de novembro de 2004. Curitiba – Paraná. 2004.

ENTRE A POBREZA ECONÔMICA E O PATRIMÔNIO AMBIENTAL/CULTURAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TURISMO NO NORDESTE GOIANO

Giselia Lima Carvalho
Professora CEFET-GO

Resumo

O presente artigo pretende analisar o Nordeste Goiano, relacionando sua situação de baixo desenvolvimento econômico e as possibilidades abertas para a atividade turística. A região é apresentada na mídia goiana como a mais pobre do estado de Goiás. No entanto, enquanto patrimônio ambiental e cultural, resguarda-se com uma das mais significativas do Estado, representando um grande potencial para o turismo. Este, aparece como uma alternativa interessante por ser capaz de, gerando renda e emprego, garantir a sustentabilidade da cultura e preservação ambiental na região. Busca-se também fazer uma discussão que oriente a escolha do tipo de turismo mais viável, que considere a problemática regional e que envolva sua população de modo que ela, a partir da atividade, possa garantir sua qualidade de vida. Desse modo, o turismo que queremos para essa região é aquele entendido como sinônimo de desenvolvimento local, convidativo da inclusão social dos seus moradores.

Palavras-chave: Turismo, inclusão social, patrimônio ambiental e cultural, Nordeste Goiano

1. Considerações iniciais

O nordeste Goiano é uma das regiões que guarda os maiores problemas socioeconômicos do estado de Goiás, o que lhe reservou o clichê de “Corredor da miséria”. Por outro lado, essa região posiciona-se hoje como uma das que guardam as maiores riquezas naturais do estado de Goiás, fato que lhe consagrou o título, pela UNESCO, de *Reserva da Biosfera de Goiás*, além da sua inserção no documento das *Ações Prioritárias para a conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal*. É esse reconhecimento, enquanto patrimônio ambiental, que dá a essa região uma contraditória qualificação: uma pobreza econômica *versus* uma riqueza ambiental/cultural. Esta última começa a ser reconhecida por agentes externos que percebem que os melhores atrativos ecoturísticos estão, por excelência, concentrados em áreas “isoladas”



como essa do Nordeste Goiano. Levando em conta essa problemática, questiona-se, a partir de uma abordagem crítica, se existe uma possibilidade de o turismo se firmar como estratégia de desenvolvimento socioeconômica nos municípios, atendendo a uma demanda histórica dos seus moradores por políticas que estruturam o território regional e que sejam capazes de edificar uma autonomia. Será que o turismo representa a alternativa para sustentar esse patrimônio ambiental/cultural do Nordeste Goiano? Caso seja assim, que modalidade de turismo pode atender essa demanda? E que elementos ela deve incorporar?

É no propósito de responder, ou pelo menos refletir sobre essas perguntas, que encaminhamos esse artigo.

[T1] Comentário:

[T2] Comentário:

2. O estigma de pobreza da região e a demanda por novas políticas de desenvolvimento

O Nordeste Goiano, composto pelas Microrregiões Homogêneas Chapada dos Veadeiros e Vão do Paranã, historicamente, tem guardado os maiores problemas sócio-econômicos do estado. E, por este aspecto, passou a ser conhecida como o “Corredor da miséria”. Em uma pesquisa mais apurada¹ percebemos que parte dos problemas atribuídos à região é real, comprovada por órgãos de pesquisas como o IBGE e a SEPLAN-GO, assim como, por estudiosos como BENVINDO (1972), BARREIRA (1997), entre outros. Essa realidade é uma das responsáveis pelos elevados índices de êxodo populacional nos últimos anos. Historicamente essa região esteve associada à criação de gado e, menos, à produção de alimentos básicos como o arroz, o feijão e o milho. No entanto, conforme dados da SEPLAN-GO (2000), se comparadas com as outras 16 microrregiões do Estado, ambas que compõem o Nordeste Goiano, se encontram em 13º e 15º lugares na produção de grãos e 18º e 17º, respectivamente, na criação de gado. O que revela que essa economia tem pouca expressividade, se posta frente aos índices de outra regiões goianas.

¹ Essas e outras questões foram discutidas em minha Dissertação de Mestrado defendida em abril de 2003 junto ao Instituto de Estudos Socioambientais – IESA, na Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da Profª Mª Geralda de Almeida. Com o título: *Região e Identidade: a construção de um 'Nordeste' em Goiás*, me propus a discutir, entre outros assuntos, como que a região foi apropriada por diversos discursos externos que a queriam manter pobre, confirmando a mesma problemática regional do Nordeste brasileiro, debatido por muitos autores, entre eles, Iná Elias de Castro, com seu livro: *O mito da necessidade: discursos e práticas do regionalismo nordestino*.



Esses dados são relevantes na medida que oferecem um retrato da situação econômica da região que, por consequência, reflete no seu aspecto social. Não queremos discutir apenas a região “pobre” economicamente, mas, sobretudo, as possibilidades de políticas sólidas capazes de garantir o mínimo de qualidade de vida permitindo que sua população permaneça nos seus municípios. Baseando-se nos indicadores municipais que compõem o IDE (Índice de Desenvolvimento Econômico) e o IDS (Índice de Desenvolvimento Social), veremos que estes índices classificam o Nordeste Goiano (região de planejamento) como última posição no Estado, em 10º lugar, exatamente. Algo que desvela uma dura realidade já que estes dados, conforme estudos da SEPLAN-GO (2000), são construídos a partir de análise de elementos tais como: a infra-estrutura dos municípios, a qualificação da mão-de-obra formal e a renda municipal *per capita*, além de considerar o desempenho dos setores da saúde, da educação, da oferta de serviços básicos e da renda da mão de obra formal, respectivamente (figura 01).

Figura 01:
Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE), por regiões de planejamento do estado de Goiás – 2000.

Regiões de Planejamento	IDS	Classificação	IDE	Classificação
1. Sudoeste Goiano	5031,2	1º	5091,4	1º
2. Sul goiano	5029,0	2º	5047,0	2º
3. Região Metropolitana de Goiânia	5028,5	3º	5018,7	4º
4. Sudoeste Goiano	5019,1	4º	5028,9	3º
5. Oeste Goiano	5003,1	5º	4995,0	5º
6. Noroeste Goiano	4996,0	6º	4973,3	6º
7. Centro Goiano	4989,0	7º	4971,9	8º
8. Norte Goiano	4977,2	8º	4973,2	7º
9. Entorno do Distrito Federal	4965,7	9º	4955,3	9º
10. Nordeste Goiano	4951,8	10º	4926,3	10º

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN – Gerência de Estudos Especiais. Dados de 2000.

Com base nesse quadro, muitos moradores dos municípios do Nordeste têm discutido as políticas aplicadas na região que se voltam muito para o caráter assistencialista, alegando a ineficácia em desenvolver os municípios e dar autonomia à população residente, deixando-a



mais dependente dos governos municipal, estadual e federal. Em nossa pesquisa de mestrado pudemos verificar o nível de insatisfação de alguns desses moradores. Adelino Machado, de Campos Belos, faz um desabafo muito representativo de tantos outros relatos: “*O povo que vive na região anseia há muito tempo por uma oportunidade de aparecer no cenário do estado sem o estigma da inferioridade em relação às outras regiões*”(CARVALHO, 2003). Ele garante que além do potencial das pessoas, das terras, agropastoris, comerciais, há também aqueles turísticos na região. Do mesmo modo, um morador do município de São Domingos, dono de um bar, criticou a falta de incentivo para o turismo, atividade em potencial na região: “*Aqui há um potencial em cavernas, um potencial hídrico. Precisava de estradas e uma rede hoteleira*”(Op. cit.).

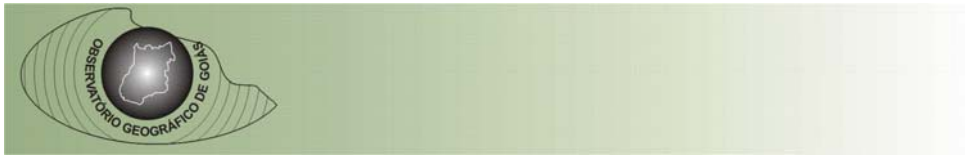
Muitos relatos apontavam uma região emblemática de uma aparente controvérsia. Ou seja, o tema pobreza e riqueza forma um par que, se amparado em uma abordagem dialética, pode-se entender mais facilmente, porque compreende os processos a partir das suas contradições implícitas.

A fala desse morador de Guarani de Goiás expressa bem esse fato.

A grande “vantagem” que a gente pode ter dessa pobreza econômica é justamente a riqueza natural. Até porque, enquanto as outras regiões já degradaram o seu meio ambiente, a gente, por não ter incentivo, por ser pobre, acabou sendo rico, porque a natureza está praticamente intacta. Então, a partir desse momento, dessa pobreza inicial, nós podemos planejar uma melhor qualidade de vida, de uma maneira mais racional, de uma maneira mais sustentável. A gente tem um patrimônio natural, então, nem todo mal é mau!, entendeu? Porque a gente ficou esquecido, esse esquecimento fez com que a gente não estragasse a natureza. Então ficamos com um potencial muito grande, o povo é muito bom, muito trabalhador, tem muitas tradições e muitas esperanças com o lugar e com a região (Op. cit.).

Esse relato pode ser entendido como extensão de um tema conflituoso Norte-Sul que se apreende das novas discussões acerca da biotecnologia e da biodiversidade: “de um lado, as riquezas naturais e a pobreza da população, de outro, a riqueza econômica e o desenvolvimento” (SILVA, 1997, p. 147).

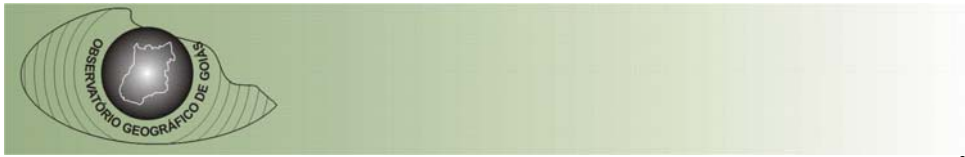
A questão que está posta, permeada por essa contradição, precisa ser encarada e debatida para que se reflita sobre as políticas mais adequadas para a região, sejam elas voltadas para a agricultura, para a pecuária ou para o turismo. Há uma necessidade de se curvar para um amplo debate que coloque em primazia, os direitos dos cidadãos de cada município do Nordeste Goiano, considerando que foram eles os responsáveis pelo suposto patrimônio que



ainda resiste nessa região, no momento em que outras consumiram as riquezas do cerrado com a justificativa de se desenvolverem economicamente, adotando novas tecnologias para alavancar os processos produtivos.

3. Um potencial natural e cultural: possibilidade para o turismo

Do outro lado da imagem de pobreza, ironicamente ou não, as riquezas expressas pelo patrimônio natural ainda mais preservado do estado se revela de diferentes paisagens ecoturísticas, em potencial, muito características da região, tais como: cavernas, rios em regiões planas e serranas e montanhosas que permitem a formação de imensas cachoeiras, saltos e corredeiras por quase todos os municípios da região, faixas de cerrado preservado, etc. Tendo em vista a dimensão dessa riqueza, o Estado elaborou, recentemente, um documento que “traduz a necessidade de divulgar ao estado de Goiás, ao Brasil e ao mundo, a região rica em recursos naturais, capaz de atrair investimentos para o desenvolvimento sustentável” (SEPLAN, s/d). Intitulado *Nordeste Goiano: um investimento de futuro*, seu propósito é mostrar que todo esse patrimônio, “ainda inexplorado e pouco divulgado” que compõe a região, “pode se transformar em destinos de certos ecologistas, amantes da natureza, esotéricas e estudiosos da fauna e da flora”. Por outro lado, falar em Nordeste Goiano é também destacar uma amplitude da sua riqueza imaterial, de manifestações culturais expressivas e identidade local forte, sustentadas pelo caráter de região, autenticamente histórica, mantidas pelas suas características de “geo-símbolos”. Estes, são compreendidos por Bonnemaïson (1981, *apud*, ALMEIDA, 2003, p. 8) como “um lugar, um itinerário, um acidente geográfico, que por razões políticas, religiosas, históricas ou culturais possuem aos olhos de certos grupos sociais ou povos uma dimensão simbólica que alimenta e conforta sua identidade”. No que diz respeito às paisagens humanas, existem comunidades tradicionais remanescentes de quilombos, além de um imenso legado cultural que se expressa nas festas e nos costumes influenciados pela tradição dos nordestinos, que constituíram os primeiros povoamentos da região, ainda no século XVIII para a exploração de minérios e, posteriormente, para a criação de gado, vinculada à Bahia.



A existência da riqueza do patrimônio cultural e, por consequência natural², no Nordeste Goiano, tem suscitado, recentemente, debates que têm lhe rendido um certo reconhecimento e uma corrida em prol da sua conservação. Prova disso são os diversos programas, em nível nacional e mundial, voltados para a valoração da biodiversidade no sentido e estimular o uso sustentável dos seus recursos, além de um aprimoramento científico. No nível estadual, algumas providências estão sendo tomadas, segundo a Agência Goiana de Turismo (AGETUR), no sentido de aproveitar o potencial turístico. Assim, foi criado um roteiro temático regional para o Nordeste Goiano revelando “os belos recursos da natureza existentes na região (...) *Reserva da Biosfera do Cerrado*” que inclui o Parque Nacional Chapada dos Veadeiros, considerado o mais antigo patrimônio geológico da América do Sul, e o Parque Estadual de Terra Ronca, conhecido como o maior complexo espeleológico da América do Sul, (SEPLAN-GO, s/d). Além de uma infinidade de grutas, fontes e sítios arqueológicos espalhados por quase todos os municípios, a região, por possuir a faixa de cerrado mais preservado do estado, ainda tem a possibilidade do aproveitamento alimentar e agroindustrial das espécies frutíferas endêmicas, o que pode resultar na capacidade de geração de renda alternativa para suas comunidades.

No entanto, a despeito de se registrar mudanças quanto aos fatores da biodiversidade e ao uso sustentável de seus recursos, há dados sobre a extração de carvão vegetal nessa região que configuram um quadro assustador. Em 1993, segundo a SEPLAN-GO (1996; 2003), o Nordeste Goiano era responsável por 15% da produção do estado, sendo que em 2002, ela, sozinha, concentrou 63,50% de toda a extração de Goiás (apenas os municípios de São Domingos, Sítio D’Abadia, Iaciara, Flores de Goiás, Nova Roma e Posse se encarregaram de mais de 56% do total do carvão vegetal produzido), deixando as demais regiões com a cota de apenas 36,50% (figura 02).

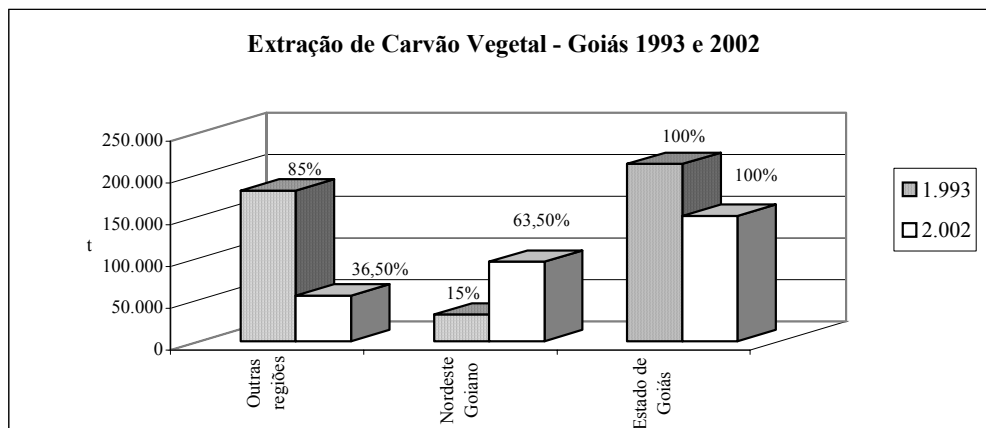
Esse dado revela-nos o fato de que há uma reorientação do desmatamento acentuado no estado que vem avançando, na última década, para o Nordeste Goiano. Algo que deve

² Quando falamos em patrimônio natural como consequência do fator cultural, queremos expressar que existe um entendimento de que esses dois conceitos não se separam, quando se tem uma visão sócio-ambientalista para a compreensão do conceito de meio ambiente. A preservação e a conservação deste, só são exequíveis diante da relação que homem escolhe para com o mesmo, o que só se justifica pelo fator cultural. É este fator que define se desmata, desenfreadamente, ou se utiliza com sustentabilidade, com responsabilidade.



significar também uma reorientação das políticas para a estruturação do seu território, avaliando, com urgência, essa prática de devastação que se encaminha para a última faixa de cerrado goiano. Como diz Arrais (2004, p. 68), se “fossemos comparar a renda média dessa atividade com outras ligadas à agricultura familiar ou mesmo ao turismo ecológico, não encontraríamos uma explicação que justifique sua extração”. Este representa mais um agravante para o problema.

Figura 02:



Fonte: Anuário Estatístico de Goiás: SEPLAN-GO, 1996 e 2003.

A evidência dos elementos constituintes do patrimônio ambiental e cultural do Nordeste Goiano, ao mesmo tempo em que o coloca em posição privilegiada, revela-lhe uma fragilidade quanto à eficiência das novas políticas adotadas para a região, incluindo aquelas voltadas para o turismo. Algo, por sinal, que nos permite questionar sobre o nível de intervenção dessas políticas na conservação do patrimônio regional, se elas têm contribuído para que a região se insira em um processo de desenvolvimento e se este é contrário à preservação do patrimônio natural.

4. A estratégia de planejamento viável para o Nordeste Goiano

Para Arrais (2004, p. 67) “o desenvolvimento regional, associado à discussão em torno do turismo nos municípios dessa região, põe em questão a necessidade de um amplo debate sobre as ações do Estado e iniciativa privada”. Assim, do mesmo modo, Carvalho (2003)



defende a mudança no modo de olhar a região levando em conta as particularidades culturais e as potencialidades ambientais bem próprias da região. Nesse sentido, urge o investindo de políticas que primem pela qualidade de vida e, ao mesmo tempo, previna ações predatórias do meio ambiente tais como a extração de carvão vegetal.

Nesse sentido, pensar em uma estratégia de planejamento que alavanque a economia nessa região, requer, antes de tudo, propor uma discussão ética do tipo de atividade econômica que se quer e para quem ela pode gerar benefícios. Se esta atividade for o turismo, deve-se optar por uma abordagem não só econômica, mas, sobretudo, sociológica e humana para que ela seja mecanismo de inclusão social. O alerta de Silva (1997, p. 148-9) é denotativo do projeto de turismo que se deve escolher, de modo que as comunidades locais não sejam

duplamente destituídas: Juridicamente, pela afirmação generalizada dos direitos sobre a natureza, com o qual, nos lugares determinados, turistas e comunidades possam ter os mesmos direitos. E, economicamente, na afirmação da sua pobreza, o que significa que a riqueza natural desses lugares, não é riqueza para as populações, mas para o turista.

É importante que fique expresso, que quase tudo que existe no Nordeste Goiano ainda se constitui como potencialidade e não produto turístico. Fator que, por sinal, justifica uma intervenção para que esse potencial tenha seu uso bem dimensionado, com planejamento orientado para alcançar os melhores resultados nas localidades e para os demais envolvidos na atividade. Assim, é papel do Estado, nessa empreitada, identificar aquelas políticas que melhor estruturam a região, vislumbrando as particularidades de seus municípios, assim como, de suas demandas.

A dica de Irving (2002, p. 26-27), é que os pressupostos do turismo sejam trabalhados no sentido de orientar para um turismo que se volte para

a co-responsabilidade, o envolvimento efetivo das populações locais na tomada de decisões, o compromisso de geração de renda às populações do destino turístico a ser desenvolvido, o estabelecimento de parcerias entre os setores público e privado e o fortalecimento de mecanismo de descentralização e capacitação de recursos humanos, em escala local.



Quando a atividade turística é bem planejada, há um reflexo no aumento do nível de conscientização para a conservação dos recursos naturais e culturais do local, garantindo a alternativa da sustentabilidade como um todo.

5. O desafio de um turismo que pretende ser fator de desenvolvimento socioespacial

Sem dúvida, qualquer política a ser implementada no Nordeste Goiano perpassa pela necessidade inadiável de assegurar o desenvolvimento local. Souza (2002), ao discutir a forma pela qual o turismo pode contribuir para a meta do desenvolvimento local, não deixa que se confunda ou intercambie o conceito de “desenvolvimento socioespacial” por “crescimento econômico”. Sendo o primeiro, amplo, agregador de um elenco de ferramentas que vai ao encontro da “superação de problemas e conquistas de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço-territoriais) propiciadoras de maior felicidade individual e coletiva” (p. 19). Assim, o desenvolvimento, analiticamente, se distancia do crescimento, embora o envolva, já que incorpora a sua dimensão econômica, agregando outras de nível cultural e político. Sendo pautada a diferença, agora é possível recolocar a questão: é possível o turismo ser esse fator de desenvolvimento local, sistematizando um desenvolvimento socioespacial? É com o propósito de responder a pergunta que o autor, num exercício de distinção, destaca alguns aspectos essenciais apontando para as seguintes metas:

1. Identificar ‘quem ganha (ou tende a ganhar)’ e ‘quem perde (ou pode perder)’ com a atividade turística;
2. Prever que, nesse desenvolvimento, há o pressuposto de que ‘uma coletividade tenha autonomia para gerir os seus destinos (ou seja, eleger, ela própria e conscientemente, as suas prioridades e os meios de concretizá-las), até mesmo para disciplinar o turismo conforme os seus interesses e as suas necessidades’;
3. Considerar que ‘há graus de complexidade diferentes’.

Dependendo das formas pelas quais o turismo se orienta, ele pode ser “bom” ou “ruim” (p. 21) e vai variar conforme os seguintes fatores: (a) “do que se entenda por desenvolvimento”; (b) “da natureza do turismo em questão (seu caráter predatório ou não, o grau de contraste socioeconômico e cultural entre os grupos envolvidos)”; (c) “de quais grupos



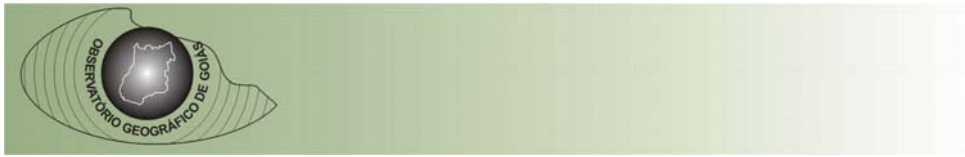
ou segmentos sociais específicos referentes à área de destino do fluxo turístico se esteja falando” (p. 21).

Com a orientação metodológica de Souza, tentamos pensar uma alternativa coerente para a implementação do turismo em municípios do Nordeste Goiano, sendo essencialmente importante ressaltar que o turismo pode e deve contribuir para melhorar as relações econômicas, sociais, políticas, culturais entre as pessoas e destas com o meio ambiente. O que não pode ocorrer é que ele não concretize uma melhoria nessas relações, mas concorra para agravá-las. Como finaliza o autor, se o turismo “contribuir, de algum modo, para minorar esse quadro, ele estará, sem ressalvas, sendo um fator de desenvolvimento socioespacial” (p. 21) na escala dos municípios.

Tendo claras algumas metas que se pretendem alcançar, pela via da implantação do turismo, só precisa que se esclareça que há diversas formas interessantes do turismo se efetivar no Nordeste Goiano, assim como sob suas diferentes modalidades. Basta que se decida tacitamente sobre a concepção de uma forma sustentável³ ou, como diz Magalhães (2002, p. 161), de uma forma “responsável” com todos os meios pelos quais ele se concretiza. De outro modo, que opte por modalidades que contraponham o modelo dominante do turismo que não garanta o desenvolvimento local e as alternativas mantenedoras da identidade local e da sustentabilidade, mas que é maléfico ao meio físico e social. O “Turismo Responsável” que reúne alguns princípios do “Ecodesenvolvimento”, do “Desenvolvimento Sustentável”, do “Turismo Sustentável” e do “Turismo Inscivo”, na opinião de Magalhães (2002), pode ser incorporado ao “planejamento turístico de municípios, induzindo a um estilo de desenvolvimento que respeite as especificidades e particularidades das localidades”(p. 162). Para essa autora, o “Turismo Responsável”,

a despeito da sua acepção romântica, parece ser a possibilidade de “incorporar na prática turística, a responsabilidade de um novo tipo de desenvolvimento, oportunizando a inserção da comunidade nas atividades decorrentes do turismo; uma tentativa de garantir que a prática turística, desenvolvida no

³ O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” que culminou no de “Turismo Sustentável” e “Ecoturismo”, será analisado, discursivamente, mais a frente. Queremos deixar claro que, em virtude da “vulgarização” do termo, optamos por outros conceitos com princípios semelhantes, mas menos propagados, debatidos ou menos banalizados.



município, seja responsável culturalmente, fortalecendo seus laços morais e sua identidade (p. 162).

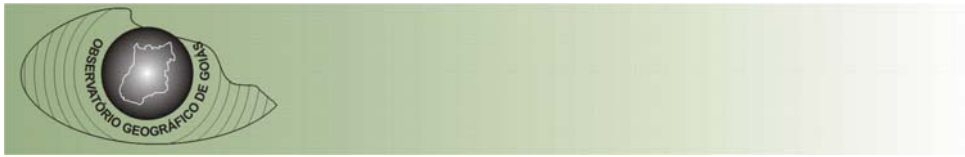
Além dessa responsabilidade social, essa concepção de turismo deverá ser responsável ambientalmente, “tentando assegurar a compatibilidade do desenvolvimento com os processos ecológicos”. Ademais, ele deverá ser responsável economicamente, “de forma a garantir benefícios financeiros ao longo do tempo e que estes possam ser distribuídos equitativamente entre a comunidade” (Op. cit., p. 162).

Em uma linha de raciocínio semelhante e também interessante, Benevides (2002, p. 24) confirma que o turismo “alternativo” é capaz de criar as “condições compensatórias”. Para o autor, esse tipo de turismo pode ser realizado em espaços em situação de marginalidade, haja vista que foram submetidos à condição de resguardar as suas características originais, mantendo os seguintes traços:

- a) São habitados por comunidades tradicionais, embora não mais primitivas ed não auto-suficientes, portanto mantendo algum intercâmbio com a sociedade inclusiva;
- b) Que configuram testemunhos históricos de um passado faustoso e tradicional, baseado numa estrutura socioeconômica com alguma complexidade técnica, embora não capitalista;
- c) Em que foi possível uma preservação ‘natural’, anterior à relevância social da questão ecológica, e deste modo mantendo maiores porções de ‘primeira natureza’ em seu meio geográfico.

Esses lugares, entendidos como isolados, configuram-se nos melhores cenários para o desenvolvimento de um turismo “alternativo” constituindo-se como uma “mediação possível de dar algum dinamismo econômico a esses lugares, representada pela possibilidade de geração local de emprego e renda” (p. 25). Desse modo, o turismo como fator de desenvolvimento local estaria contribuindo para alcançar 5 objetivos seguintes: “preservação/conservação ambiental”; “identidade cultural”; “geração de ocupações produtivas e de renda”; “desenvolvimento participativo e qualidade de vida”.

Toda essa orientação dos autores acima referenciados nos permite afirmar a importância de definir metas e estratégias que sejam capazes de coordenar uma prática turística



benéfica, que coadune elementos cada vez mais próximos do se entende por “desenvolvimento socioespacial” (SOUZA, 2002) nas localidades vocacionadas.

E, nesse caso, a escolha de defesa do local, se justifica pelo fato de ser nessa escala que a ação se efetiva, que as coisas, os fenômenos ocorrem. O lugar constitui-se em um contexto de ação. É delimitado, é palpável, é onde os objetivos se realizam. E, assim sendo, o lugar tem importância não porque seja fundador de uma qualidade natural, mas porque ele reúne recursos, atores, saberes.

E, como diz Bourdin (2001, p. 225), essa espacialidade “jamais pode entrar numa fôrma única. A diversidade de soluções é, portanto, indispensável”, podendo ser “decorrente da experimentação, e isso permite introduzir procedimentos de controle, de avaliação e validação”. Reiterando, o autor lembra que, “em matéria de definição e de funcionamento das entidades locais, a experimentação não está mais ligada a reformas, mas se tornou necessária a cada instante” (p. 225).

Ao nosso ver, essa experimentação pode ser entendida como uma abertura para novos projetos para a região e para os municípios do Nordeste Goiano. Diante, da opção dos sucessivos governos pela repetição de políticas que não reestruturam outros territórios e, isso se estende ao Nordeste Goiano, torna-se legítima a sugestão de Bourdin (2001).

É inegável a condição de o turismo hoje se configurar como um poderoso instrumento de desenvolvimento e, como tal, pode e deve participar ativamente de qualquer estratégia de planejamento. Possibilidades há, como já vimos. O que se evidencia, doravante, são os desafios de como se lidar com esse fenômeno recente, ainda pouco elucidado. Muito ainda falta para abordá-lo, sistematicamente, como um tema que requer transdisciplinaridade e dimensão da relevância de ele ser incorporado em uma visão de planejamento que, feito em escala local, abarque uma compreensão do fator regional. Isso requer a construção de um novo paradigma de desenvolvimento turístico que se constitui em um grande desafio, que, segundo Irving (2002, p. 33), “só será vencido a partir de uma visa integrada de desenvolvimento regional, que envolva os diversos ramos do saber, compromisso social, planejamento de longo prazo e consciência ética do homem, em sua totalidade”. E, nessa perspectiva, necessariamente, não se tem uma modalidade de turismo única capaz de assegurar essa prerrogativa, mas é possível identificar o Ecoturismo como uma tentativa de o turismo, se inserir nessa visão integrada,



sendo entendido como atividade econômica envolvida num processo ecologicamente viável e socialmente justo, priorizando as gerações presentes e futuras.

Não obstante a perda da real orientação que deve ser dada ao ecoturismo⁴, não há dúvida que as concepções vinculadas a ele representam

um avanço ao turismo tradicional e seu manejo superficial do exótico e da beleza natural. Suas posições mais elaboradas consideram, por exemplo, os problemas provenientes do choque cultural e questões de difícil solução como a ampliação da distribuição da renda gerada para as populações locais (RIBEIRO & BARROS, 1997, p. 30).

No entanto, a pesar dos seus aspectos distorcidos e, por vezes, “perversos” não podemos deixar de visualizar o real “poder educativo do ecoturismo, valorizando e difundindo a diversidade cultural e biológica” (Op. cit., p. 39).

No entendimento de Seabra (2001, p. 74), “o êxito de um projeto ecoturístico será tanto melhor quanto maior for o envolvimento da comunidade para atuar em parcerias com empresários locais, proprietários rurais, pesquisadores e representantes políticos dos municípios envolvidos”. Nesse sentido, práticas como esporte radical ou outras muito caras, não são sinônimo de ecoturismo, pois “pouco ou nada têm a ver com as comunidades tradicionais que integram a paisagem ecoturística”. Elas não têm comprometimento ambiental, social e cultural (Op. cit.).

Essa concepção, de que não se pode perder de vista os princípios do Ecoturismo, é válida não só para essa modalidade, mas para todas as formas de turismo que queiram fomentar cenários permeados pela ética nas relações socioeconômicas, ambientais e culturais, visto que nenhum planejamento do espaço pode se dar ao luxo de não pensar no futuro, privilegiando ganhos econômicos imediatos em detrimento da qualidade do ambiente e das comunidades locais. Assim, é preciso deixar claro que a vertente de meio ambiente capaz de assegurar essa necessidade é voltada para uma abordagem sócio-ambientalista. Nela, há o entendimento de meio ambiente como meio natural mais meio antrópico ou humano, “sujeito

⁴ No entendimento de muitos autores citando BENEVIDES (2002, p. 30) como um exemplo, há diversos equívocos na atribuição de responsabilidade ao ecoturismo como assegurador dos elementos econômicos, garantido também sustentabilidade social, política e cultural, visto que se julga mal intencionada essa proposta. Nessa linha, a modalidade do turismo alternativo, não diferiria de outras convencionais e atreladas à dinâmica coesa do e auto-sustentável do modo de produção capitalista. O ecoturismo seria o representante mais fiel da união entre capitalismo e meio ambiente, ou representante da “tecnocracia verde”.



aos empreendimentos do homem, condicionado por relações sociais” (p. 40), assumindo significados mais abrangentes, na medida em que é regido por relações entre natureza e sociedade. Portanto, quando se fala que meio ambiente representa qualidade de vida, entenda-se qualidade de vida social e não ambiental (p. 40).

Conforme Ribeiro & Barros (Op. cit., p. 40), é justamente o grau de compreensão sobre o conceito de Meio Ambiente que orienta a essência do modelo de Desenvolvimento Sustentável e seu nível de compromisso com as populações locais. É com base nessa concepção que as populações e, mais ainda, as práticas turísticas nas localidades vocacionadas, devem ser orientadas e não em uma visão de meio ambiente como, estritamente natural, concebida como separada do homem.

Espera-se que todos aqueles preocupados em construir um novo tipo de turismo para atender demandas coletivas locais, não permitam reduzir o objetivo do Ecoturismo. É urgente a necessidade de lutarmos contra a “mediocridade mercadológica que tudo transforma em circo, mercadoria, aparência, custo, pacote, coisificando lugares, pessoas, vontades, sonhos” (CASCINO, 2000, p. 205).

De modo semelhante, o turismo na perspectiva do Desenvolvimento Sustentável tem também como provação o enfrentamento do grande debate que permeia todas as instâncias da sociedade e da natureza, atrelado à política de incorporação do seu conceito como propagador de uma nova convicção socioambientalista. No entanto, em um sentido conceitual, é necessário refletir sobre o que vem a ser esse desenvolvimento e, mais ainda, como ela se efetiva na prática, ou melhor, identificando os mecanismos utilizados para tanto.

O que é claro, para diversos autores, é que tanto o conceito de Desenvolvimento Sustentável, como o de Ecoturismo ou até mesmo de Turismo Rural, está prenhe de concepções teórico-metodológicas dispostas como tangíveis, mas voltadas para uma prática intangível dos seus princípios. É em torno dessa querela, entre discurso e prática, que o referencial se esvaece. Assim, acabam perdendo a credibilidade por parte de alguns autores que se obrigam a utilizar outros termos mais palpáveis e menos propalados, como destacamos anteriormente.

Com a difícil condição de serem situados como sendo parte de mais “um novo momento da história capitalista, com novas ideologias, novos agentes, novos padrões de



distribuição dos fatores de produção e novas formas de sociabilidade” (RIBEIRO & BARROS, p. 28), o Desenvolvimento Sustentável e suas variações, se incumbem de enfrentar árdua tarefa de encarar os consistentes argumentos e críticas ao seu desfavor.

O fato é que o debate a cerca do Ecoturismo e dos temas semelhantes incide diretamente sobre o problema da gestão social dos territórios e recursos naturais, uma das questões centrais para a demonstração da viabilidade do desenvolvimento sustentado. Nesse sentido, resta para essas modalidades de turismo, “enfrentar o difícil problema da ampla incorporação pelas populações locais dos benefícios gerados por suas atividades, de sua transformação, enfim, em sujeitos do desenvolvimento”(Op. cit., p. 40-41). Como essa empreitada, é possível a construção de um modelo de turismo contestador da novas orientações dadas pela dinâmica do velho capitalismo, que pode resultar em um “turismo alternativo” (BENEVIDES, 2002), em um “turismo responsável” (MAGALHÃES, 2002), ou um “turismo ético” (IRVING, 2002). De modo a não perder de vista o objetivo que se pretende alcançar, sem desvirtuar o significado de uma atividade que pretende ser viável, economicamente, e mantenedora do nível de valorização sociocultural e ambiental, resguardando o direito político dos cidadãos envolvidos no processo.

É preciso ficar claro que qualquer tipo de turismo que se adote “exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, coresponsabilidade e participação”(IRVING, 2002, p. 17). Para tanto, a conduta de avaliar os meios pelos quais as coisas se operacionalizam, é mais que uma necessidade, mas, sobretudo, uma exigência para um turismo que quer ser ético. Como argumenta, veementemente, a autora acima citada, “fins éticos exigem meios éticos” (p. 19). No contexto do Nordeste Goiano, um item dos mais relevantes para um enfoque ético, vinculado à prática do turismo, corresponde ao envolvimento das populações que residem no interior de seus municípios. Um turismo imbuído de uma questão ética não pode se convaler do compromisso de incorporar os verdadeiros responsáveis pela garantia duradoura dos atrativos turísticos. No turismo, o que está em pauta, não são somente bens, são, principalmente, relações entre homens, com sentidos, valores e desejos. “O tipo de turismo que propusermos e praticarmos dependerá do



tipo de relações que julgarmos aceitáveis e desejáveis entre os homens, isto é, o modelo de sociedade pelo qual optarmos” (MENEZES, 1996, p.98-99).

6. Considerações finais

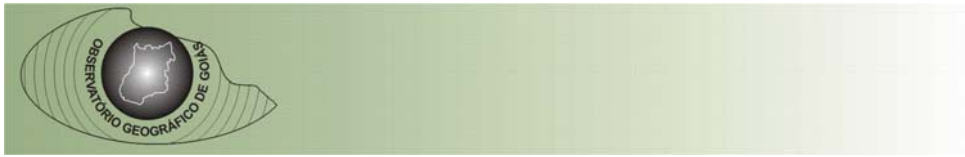
O que objetivamos com esse trabalho é a proposição da seguinte reflexão: uma vez que nessa região construiu-se um “Nordeste” em Goiás (em uma espécie de invenção de uma região-problema, semelhante ao Nordeste brasileiro), o que não se pode esperar é que ela seja mais uma vez inventada. Agora, pelo *marketing* de um turismo dito sustentável e ecológico, mas excludente. É preciso que uma questão fique clara: se restou algum patrimônio no Nordeste Goiano hoje, só restou devido o tipo de relação que se primou entre homem e natureza, supostamente, amistosa e fruto dos modos de vida do sertanejo, do nativo, que resultou em um tratamento de respeito com seus rios, com sua flora e com sua fauna enquanto outros processos ocorriam alhures. Portanto, este homem do Nordeste Goiano, além de merecer o *status* de verdadeiro guardador da biodiversidade do cerrado, deve, mais que todos, participar dos seus usos e possíveis proveitos, sejam eles vindos do turismo, ou não. Na partilha de direitos sobre a biodiversidade da região, ele não pode correr o risco de ser impossibilitado de usufruí-la. Na concepção de Almeida (2003, p. 25),

(...) quando o turismo avança célere pelos planaltos, cavernas, lago, rios, cidade, fazendas, florestas, praias, museus, festas e cozinha brasileiros, parece-nos que temos ainda que desvendar, projetar mais luzes sobre aqueles que fazem o lugar, fazem ‘a produção da vida’: ‘as pessoas’.

A grande questão que está posta para o turismo, nesses municípios do Nordeste Goiano, é a necessidade de essa atividade ser uma ferramenta para o desenvolvimento econômico local a partir da inclusão social dos seus moradores. Como já destacamos em outro momento,

o caminho para o desenvolvimento da região parte da sua comunidade, assegurando seus interesses. O Estado deve levar em conta, na elaboração de seus projetos e programas, a capacidade de produção dessa população e, acima de tudo, respeitar a diversidade e a riqueza contida na região, não a usando de forma especulativa (CARVALHO, 2003, p. 157).

[T3] Comentário:



Ao vivenciar a realidade dos municípios do Nordeste Goiano, é comum encontrar nas pessoas um gosto muito apurado pela região aliado a um desejo, a uma esperança de mudança. Mudança esta que está vinculada à política, ao desenvolvimento da região, mas com a comunidade opinando. A questão que colocamos como primordial para o desenvolvimento da atividade turística no Nordeste Goiano, é que esta seja pensada como uma forma de alcançar o máximo de benefícios para sua coletividade voltados não só para uma necessidade econômica, mas junto com ela, conquistar outros fatores ligados ao bem estar social, à qualidade de vida de todos os envolvidos.

Para o caso de uma região estagnada e pouco desenvolvida economicamente, cabe ao Estado, mais que em outras, regulamentar o setor com preocupações explícitas para as questões ambientais e para a garantia dos direitos humanos e sociais dos moradores de cada município da região.

Toda essa discussão fundamenta-se no princípio da ética nas condutas relativas ao turismo. Ainda que ela seja um exercício incipiente, é preciso assegurá-la, estimulá-la continuamente. Esse é o papel de todos aqueles envolvidos no setor, caso queiramos que ele seja um importante fator de revitalização e reestruturação da economia local agregando renda, gerando emprego, caminhando para o desenvolvimento local e da região como um todo. Propor essa questão, pela via do turismo, nos parece pertinente já que essa atividade tem o poder de aproximar pessoas e de criar consciências sobre as várias expressões culturais e aspirações, assim como sobre o patrimônio ambiental ainda existente. Quem sabe esse não seja o caminho para diminuir a distância entre o Nordeste Goiano e as regiões do Centro-Sul do Estado?

7. Referências bibliográficas:

ALMEIDA, M^a Geralda de. A reinvenção da natureza. *Espaço e cultura*, UERJ, Rio de Janeiro, n. 17, jan/jun. 2003.

ARRAIS, Tadeu P. Alencar. *Geografia Contemporânea de Goiás*. Goiânia: Vicira, 2004.



BENEVIDES, Ireleno P. Por uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: BALASTRERI, Adyr. (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: HUCITEC, 2002.

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CARVALHO, Gisélia Lima. *Região e Identidade: a construção de um “Nordeste” em Goiás*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/IESA da Universidade Federal de Goiás/UFG, Goiânia, 2003.

CASCINO, Fábio. Pensando na relação entre Educação Ambiental e Ecoturismo. In: SERRANO, Célia. et. al. (Orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. São Paulo: Papirus, 2000.

GOIÁS, SEPLAN. *Anuário Estatístico do Estado de Goiás/1996*. Goiânia: SEPLAN, 1996.

_____. *Índice de Desenvolvimento Econômico - IDE e Índice de Desenvolvimento Social- IDS dos Municípios goianos*. Goiânia: SEPLAN, 2000.

_____. *Anuário Estatístico do Estado de Goiás/2003*. Goiânia: SEPLAN, 2003.

_____. *Nordeste Goiano: um investimento de futuro*. Goiânia: SEPLAN, s/d.

IRVING, Marta de Azevedo. Turismo, ética e educação ambiental: novos paradigmas em planejamento. In: IRVING, M. de A. & AZEVEDO, Júlia. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

_____. Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: IRVING, M. de A. & AZEVEDO, Júlia. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

MAGALHÃES, Cláudia F. *Diretrizes para o turismo sustentável em municípios*. São Paulo: Roca, 2002.

MENEZES, Ulpiano T. B. Os ‘usos culturais’ da cultura: contribuição par uma abordagem crítica das práticas políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo & et.al. (Orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

RIBEIRO, Gustavo L. & BARROS, F. L. A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo. In: SERRANO, Célia M. T. et. al. (Orgs.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. São Paulo: Papirus, 1997.

SEABRA, Giovanni. *Ecos do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas*. São Paulo: Papirus, 2001.



SILVA, Telma D. da. O ambiente e o turista: uma abordagem discursiva. In: SERRANO, Célia M. T. et. al. (Orgs.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. São Paulo: Papyrus, 1997.

SOUZA, Marcelo L de. Como pode o turismo contribuir par o desenvolvimento local? In: BALASTRERI, Adyr. (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: HUCITEC, 2002.